
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 04.05.2020

Local: reunião online

Presenças: Des^a **Laís Helena Jaeger Nicotti**, Coordenadora
Juiz **Adriano Santos Wilhelms**, membro do Comitê;
Servidora **Fabiana da Silva Perdomo**, membro do Comitê;
Servidor **Rodrigo dos Santos**, membro do Comitê;
Servidora **Mara Rejane Weber**, representante do Sintrajufe/RS;

Secretária: Gabriela Balbinot (AGE)

Horário: 16h – 17h

Pauta: 1. PPRA/PCMSO TRT4
2. Assuntos gerais.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de 2020, às 16h, ocorreu reunião ordinária online do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade e Inclusão, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti, conforme registro que segue: Des^a Laís cumprimentou a todos e comentou que a Presidente Carmen a comunicou sobre a disponibilidade de verba para a contratação de PPRA por meio de licitação, a ser realizada por impulso da Coordenadoria de Saúde. Fabiana solicitou a participação do Engenheiro Rodrigo para organizar o projeto do PPRA e comentou que a idéia é realizar o Programa gradualmente, iniciando pela área do Tribunal que registra mais adoecimentos, conforme os códigos do CID registrados nos atendimentos da Coordenadoria de Saúde, informando que já identificou serem aqueles relacionados a problemas osteomusculares e/ou mentais. Seguiu explanando que sua sugestão seria contratar o PPRA e o PCMSO com a mesma empresa e fazer constar no processo da licitação que a execução se daria de forma gradual, informando o valor a ser investido pelo Tribunal por área, discriminando o quantitativo de pessoas e a localização das unidades, para obter orçamento em valores particionados, realizando de acordo com a disponibilidade financeira. Diante disso, questionou o Rodrigo quanto à viabilidade de assim realizar o PPRA e o PCMSO, ou seja, em blocos, ainda que integralmente compreendidos na mesma licitação. Rodrigo afirmou que não via nenhuma complicação em assim proceder e complementou dizendo que esta, inclusive, parece ser a melhor estratégia, particionando a execução em blocos, e que é melhor contratar ambos os programas com a mesma empresa. Fabiana sugeriu agendar reunião com o Secretário de Administração. Aprovada

a sugestão. Fabiana seguiu informando que a idéia é executar a parte inicial no máximo até 15 de novembro de 2020. Mara comentou que, em virtude do isolamento social vigente, será necessário elaborar plano para realizar o pretendido. Juiz Adriano questionou qual área apresenta maior adoecimento atualmente. Fabiana informou que o maior número de registros encontra-se na área administrativa e apresentou na tela, aos participantes da reunião, o levantamento que está sendo realizado pela Coordenadoria de Saúde, esclarecendo que ainda é necessária verificação para identificar se nas unidades que apresentam grandes quantidades de licenças, os dados referem-se a vários servidores ou se há um servidor com muitas licenças. Juiz Adriano comentou que o levantamento que está sendo realizado pode ser um excelente balizador para a atuação deste Comitê. Desª Laís passou a palavra para Mara, que comentou que a professora Magnólia, que participará de evento na Semana de Combate ao Assédio Moral, apresentará o resultado de pesquisa nacional realizada, onde foi verificado que a gestão participativa realmente está relacionada a melhores dados de saúde no ambiente de trabalho. Desª Laís comentou que nas reuniões do Gabinete de Crise do TRT4, a Administração tem demonstrado preocupação com o retorno às atividades presenciais. Destacou que os advogados foram contra o escalonamento e preferiram que voltasse tudo de uma vez só. Informou que o Gabinete verificará o impacto deste retorno dos prazos e das audiências para servidores e juízes. Marcelo informou que recebeu, em um dia apenas, mais de 40 ligações perguntando quando serão retomadas as perícias pelo TRT4. Mara comentou que a previsão de retorno ao trabalho presencial no TRF4 é 15.05.2020 e que o Sintrajufe-RS está lutando para que essa decisão seja revista. Desª Laís informou que a Presidência do TRT4 já autorizou a aquisição de termômetros e máscaras a serem distribuídos aos magistrados e servidores. Destacou que a Administração está consciente da situação e que a inquietação do sindicato também é dos juízes. Prosseguiu mencionando que o médico do TRT4, Dr. Marco Aurélio, não é infectologista, mas é intensivista, e está a par de todos os dados a respeito da pandemia, em virtude de seu trabalho em hospital de Porto Alegre. Fabiana comentou que foi elaborado plano de ação que registra tudo que já passou desde o início da pandemia no RS, informando que, inclusive, já está sendo providenciado mais álcool-gel, máscaras e *face shields* para os Oficiais de Justiça que estão realizando trabalho externo. Destacou que a máscara caseira não é considerada EPI e que existe preocupação quanto ao uso de luvas e jalecos, por constituírem-se em fatores de maior risco de contaminação, informando que, entre os médicos, as contaminações ocorrem justamente na desparamentação. Informou também que há preocupação com o descarte de resíduos. Comentou, também, que a integração entre os OJAFs e a Coordenadoria de Saúde, que não existia, agora está ocorrendo. Mencionou que para evitar a contaminação pelo coronavírus, as três regras de ouro são: distanciamento, uso de *face shield* e

higienização das mãos. Desª Laís comentou que foi realizado estudo incluindo até a limpeza de maçanetas, assim como a exclusão de bancos na área de espera das partes para as audiências. Comentou que os OJAFs que tenham dúvidas podem contatar o médico da Coordenadoria de Saúde. Fabiana informou, ainda, que o TRT4 está atento aos protocolos dos órgãos oficiais, sendo o último publicado de 02.05.2020. Marcelo apresentou sugestão para que seja realizado treinamento, por convocação, sobre paramentação e desparamentação. Juiz Adriano comentou que a pandemia tem propiciado algo singular: a união de todos em prol da mesma direção. Acrescentou que o TRT4 tem ouvido a todos, inclusive a parte técnica. Comentou que o STF já sinalizou que, possivelmente, sua retomada das atividades presenciais ocorra em jan/2021 e que, por ora o TST mantém suspensos, por tempo indeterminado, os atos presenciais. Destacou que o Comitê de Crise já elegeu uma série de medidas sanitárias. Acrescentou que não se sabe até quando serão resistidas as pressões pelo retorno, mas que a preocupação é com servidores, jurisdicionados, advogados e juízes. Fabiana comentou que o TRT4 recebeu pedido do CNJ para apresentar plano de ação quanto à saúde de magistrados e servidores e que, como já havia organizado as informações em um plano anteriormente a pedido da Pres. Carmen, já foi encaminhado o documento. Mara destacou que o âmbito do Comitê não se confunde com o do Gabinete de Crise e destacou que os papéis são diferentes. Destacou que o Sindicato precisou reivindicar sua participação no Gabinete de Crise. Desª Laís esclareceu como se deu a formação do Gabinete de Crise, narrando que, aos poucos, as medidas tomadas permitiram ir agregando mais participantes. Juiz Adriano comentou que o papel do Comitê é apresentar sugestões quanto à saúde ao Gabinete de Crise. Mara informou que o Sindicato realizará um levantamento de perfil das pessoas em trabalho remoto, para conseguir encaminhar as políticas, medidas de prevenção, sendo propositivo. Acrescentou que, com relação à violência doméstica, cujos índices aumentaram, o Comitê é um espaço para acolhimento. Fabiana sugeriu incluir o Comitê Gestor de Equidade também no enfrentamento dessa demanda. Mara sugeriu que tal comitê fosse convidado para uma reunião conjunta, para que servidores encontrem apoio. Fabiana relatou que alguns casos de violência doméstica já chegaram ao conhecimento da Coordenadoria de Saúde e estão sendo acompanhados pela psicóloga do Tribunal. Marcelo mencionou que muitos documentos ainda chegam à Seção de Perícias em meio físico e sugeriu que se busque solução, visando a evitar a possibilidade de contaminação daqueles que os manipulam, pois as unidades estão expedindo notificações para que sejam entregues documentos a serem periciados. Reunião encerrada às 17h. Próxima reunião agendada para 1º.06. Ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e enviada aos presentes para validação por meio eletrônico.